

Oposição vai ao Supremo se sair MP do orçamento

O PDT anunciou ontem que pretende recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), caso o Governo leve adiante a intenção de editar, por medida provisória, o projeto de revisão orçamentária que o Congresso ainda não aprovou. O deputado Miro Teixeira, vice-líder do PDT em exercício, na Câmara, disse que o partido "tem certeza" de que ganhará a arguição de inconstitucionalidade junto ao STF. Os líderes do PMDB e do PSDB, porém, adotam posição mais cautelosa, e ainda não se psocionaram definitivamente.

"A Constituição é nítida nesse sentido: toda matéria orçamentária é de iniciativa do presidente da República, através de projeto de lei a tramitar no Congresso

Nacional", disse Miro Teixeira. A tese da inconstitucionalidade tem o apoio do procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga. Em visita ao Senado, na semana passada, Junqueira disse que "o presidente da República não pode baixar medidas provisórias em matérias para as quais a Constituição veda a delegação legislativa ao presidente. Se não há essa delegação, então é coisa privativa do Congresso".

Apesar disso, outros líderes de oposição ainda hesitam antes de tomar uma posição sobre o assunto. O líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, se nega a opinar, alegando que só poderia avaliar a situação vendo o texto da medida provisória. "A Constituição prevê hipóteses em que é

possível aprovar verbas orçamentárias por medidas provisórias. O Congresso já aprovou uma medida que liberava uma suplementação orçamentária, por motivo de calamidade pública. Só posso responder vendo a medida", afirmou.

Já o líder do PSDB, deputado Euclides Scalco, está preocupado com a repercussão na opinião pública da rejeição, pelo Congresso, da revisão orçamentária, e de como isto poderá ser utilizado contra o Legislativo. Scalco acha que a liberação das verbas de Cr\$ 2,3 bilhões, poderá se produzir um "caos orçamentário". Ele aconselha que, caso o Governo não venha a baixar a medida provisória, os líderes aproveem a matéria por acordo, logo depois das eleições.